

De assalariados rurais a agricultores familiares: reordenamento social em um assentamento rural no nordeste do Pará¹

From rural employees to family agriculturalists:
social reorganization in a rural settlement in northeastern Pará

Romier da Paixão Sousa²

Resumo: O tema da Reforma Agrária sempre esteve presente de uma forma mais ou menos intensa nas discussões acadêmicas desde os anos 20. A partir do fim da Ditadura Militar, ocorrida em 1985, intensificou-se a luta pela terra no Brasil, através das ocupações, como forma de pressão ao Estado, visando à desapropriação das referidas áreas. O estudo dos assentamentos rurais intensificou-se a partir da década de 1990, com a elevação do número de trabalhadores assentados. Buscou-se estudar o reordenamento social após a conquista da terra em um assentamento rural no município de São Francisco do Pará, no nordeste paraense. Um fato observado em vários estudos sobre assentamentos rurais é a diversidade marcada pela história social de cada grupo familiar, suas trajetórias como seres sociais e suas redes de relações construídas. A complexidade das formas de organização remete a sistemas de produção diversificados e pautados nas relações sociais, econômicas e simbólicas que se constroem nos grupos locais. Estas relações podem determinar a forma de reprodução dos diversos grupos familiares envolvidos nestas localidades.

Palavras-chave: Reforma agrária. Assentamentos. Agricultura familiar. Relações sociais. Nordeste paraense.

Abstract: The Agrarian Reform as a subject has been a part of the academic debate in a more or less intense way since the 1920's. Starting at the end of the military dictatorship, in 1985, the fight for land in Brazil was intensified through land occupations, as a way of pressuring the Government, in order to obtain the dispossession of such areas. The academic study of rural settlements was intensified since the 1990's, with the increase of the number of settled workers. The aim of this study was to study the social reorganization after the conquest of the land in a rural settlement in the municipality of San Francisco of Pará in the northeast of Pará. The variability caused by each family group social history, their trajectory while social beings, and their network of built relationships were observed in several studies on rural settlements. The observed complexity is a sign of diversified systems of production built in local groups, which are based on social, economical and symbolic relationships. These relationships might determine the form of the several family groups reproduction at these locations.

Key words: Agrarian reform. Settlements. Family agriculture. Social relationships. Northeast of Pará.

¹ Trabalho baseado na dissertação de mestrado apresentada ao curso de Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável do NEAF/CAP/UFPA em 2002.

² Engenheiro Agrônomo. Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável/NEAF/UFPA. Membro associado do Grupo de Acessoria em Agroecologia na Amazônia (GTNA). Professor da Escola Agrotécnica Federal da Castanhal (EAFIC-PA), Rua Coronel Leal, nº 24, Centro, Castanhal, Pará. (romiergtra@veloxmail.com.br).

INTRODUÇÃO

Para Guanziroli e Cardin (2000), a elevação do número de agricultores assentados foi um dos fatores que realimentaram a discussão sobre o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro. No entanto, Medeiros (2002) ressalta que o tema da reforma agrária está presente no debate político nacional, de maneira mais ou menos intensa, pelo menos desde a década de 20, assumindo formas e significados diferenciados.

Para Ferrante (1992), "há um sentimento de aventura" em pesquisar assentamentos rurais. Constituem um fato social em andamento, portanto, em aberto, tangenciando diversas áreas do conhecimento, por sua inegável polissemia (PESSOA, 1999).

Para Carvalho (1999), a complexidade das formas de organização nos assentamentos rurais decorre da própria história de trabalho vivenciada pelas famílias de agricultores e varia em função da sociabilidade construída entre os assentados, podendo ter laços mais estreitos, assim como pouca afinidade entre as mesmas, o que dificulta as relações sociais em construção.

O assentamento utilizado como base empírica para este estudo situa-se no município de São Francisco do Pará (Figura 1), pertencente à Mesorregião do Nordeste Paraense³ e à Microrregião Bragantina, e está localizado no km 30 da rodovia PA-242 Castanhal/Igarapé Açu, localizando-se há cerca de 100 km da capital do estado. Com capacidade para assentar 223 famílias em uma área de 4.463,78 ha, originou-se de um complexo agro-industrial de três fazendas distintas que formavam a Paracrevea Borracha Vegetal S/A. (SOUSA, 2002).

Entre o processo de ocupação e conquista da terra com a desapropriação, passou-se por fases de organização, como as manifestações frente aos órgãos do Estado, o acampamento e a resistência na área ocupada. A partir da constituição do assentamento, a lógica de produção assume algumas características do modelo camponês descrito por Chayanov (1981) e Lamarche (1994). A posse da terra, a decisão sobre o quê, como e quando produzir, o uso da mão-de-obra familiar, o uso de tecnologias intensivas, a subordinação ao mercado e o duplo sentido de produção (consumo e mercado) caracterizam, ou tendem a caracterizar, os assentamentos rurais.

Resolver esta tensão é um dos principais problemas dos assentamentos rurais. Assim, a maneira como ocorreu o reordenamento social entre as famílias assentadas e a forma como se tem mantido o discurso e a prática dos agricultores frente à necessidade de construção de sua estabilidade social são aspectos que se buscou investigar no assentamento Luiz Lopes Sobrinho.



Figura 1. Localização do município de São Francisco do Pará, nordeste do Pará.

³ A mesorregião do Nordeste Paraense é composta por 5 microrregiões (Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e Tomé-Açu) abrangendo 45 municípios (IBGE, 2000).

Neste estudo, este assentamento foi entendido como uma localidade, considerada um conjunto articulado de espaços sociais e geográficos, de acordo com Albaladejo e Veiga (2000), e vista como fragmentada, imprecisa e evolutiva, na perspectiva de Florentino (2000).

Foram realizadas várias incursões no assentamento Luiz Lopes Sobrinho no período de agosto de 2001 a março de 2002, onde foram realizadas trinta entrevistas pré-estruturadas com os agricultores familiares, além de entrevistas mais completas com informantes-chaves dentro do assentamento, lideranças das associações e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município.

Utilizou-se como complementação da caracterização das famílias assentadas as informações da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do município, cedidas pelo Agente de Saúde Municipal no assentamento. Estas informações foram importantes por conterem dados de cento e setenta e cinco famílias residentes na área, alcançando uma representatividade elevada do universo social estudado. As principais informações retiradas das fichas de acompanhamento do agente de saúde foram sobre a quantidade de pessoas residentes, sua participação em organizações sociais, o número de homens, mulheres, jovens e crianças, entre outras.

Foi realizada, ainda, a técnica de observação participante em meio a algumas famílias, através da realização de tarefas diárias com as mesmas, o que possibilitou o registro de suas atividades e o aprofundamento do conhecimento de suas relações sociais internas. Durante os períodos de estada no assentamento, procurou-se participar das atividades nas quais a coletividade estava envolvida, como as assembléias, reuniões de diretoria das associações e da cooperativa, mutirão, participação dos agricultores em fóruns municipais e estaduais, onde se percebeu a organização político-social dos assentados, bem como suas relações com outras entidades externas ao assentamento.

OS ASSENTAMENTOS RURAIS

O termo *assentamento* foi introduzido pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico a partir do contexto de reforma agrária na América Latina, sendo criado na Venezuela em 1960. Tem sua origem ligada à política estatal, mas fundamentalmente é fruto de pressões de entidades ligadas à reforma agrária (SILVA, 2000). Para Ferreira (1994), houve uma evolução no conceito de assentamento rural em função das novas estratégias necessárias para a inclusão de medidas que fixassem o homem no campo, transformando os novos proprietários em verdadeiros produtores rurais.

Vários trabalhos têm privilegiado os estudos sobre assentamentos rurais, que em função de sua variabilidade econômica, política, social e ambiental tornam-se verdadeiros *laboratórios de experiências vividas pelos agricultores familiares no Brasil* (MEDEIROS; LEITE, 1997).

As pesquisas têm enfatizado a diferenciação que há no interior dos assentamentos. Castro, Carvalho e Otávio (1988), analisando uma amostra de projetos criados anteriormente à Nova República, conclui que, mesmo quando em termos médios apresentaram resultados satisfatórios, eles desenvolveram em seu interior uma forte heterogeneidade. Segundo estes autores, aí estaria a raiz de sua futura desestruturação, uma vez que, se eles solucionaram o problema imediato do acesso a terra, não resolveram as questões envolvidas com a produção.

Muitos têm sido os estudos desenvolvidos sobre as dimensões internas e as trajetórias sociais dos assentados, mostrando o assentamento como um campo de disputas, tensões e diferenciação social (ZIMMERMANN, 1994; BERGAMASCO, 1994; D'INCAO; ROY, 1994). Os estudos sobre as mediações e como estas têm se apresentado (FERRANTE, 1994) dentro do processo de constituição dos assentamentos têm demonstrado as diferentes formas de controle sobre os

trabalhadores rurais, muitas vezes tão sutis que há dificuldades em sua observação (MEDEIROS; ESTERCI, 1994; D'INCAO; ROY, 1994).

A literatura também tem insistido em ressaltar como os assentados são provenientes de diversas origens: sem-terra, assalariados, trabalhadores com experiência urbana (por vezes longa), o que mostra a necessidade de reconceituar a demanda por terra e a importância de conhecer as circunstâncias das quais ela emerge (MEDEIROS; LEITE, 2001).

As trajetórias dos assentados, as redes de relações que se constituíram antes e durante o processo de mobilização, as diferentes formas e efeitos da intervenção estatal e o processo de produção de novas identidades também têm sido objeto de reflexão. Os resultados apresentados têm sido cruciais para romper com uma tendência, marcada por um certo romantismo e fortemente influenciada pela imagem que os grupos procuram passar deles mesmos, que é a de um certo comunitarismo no plano interno, negando-se tensões inerentes aos processos sociais (MEDEIROS; LEITE, 2001).

As análises sobre assentamentos, tanto as realizadas por economistas quanto por antropólogos e sociólogos, muitas vezes tendem a demonstrar implicitamente um viés político, visto que procuram afirmar o sucesso ou fracasso da política de assentamentos e, por consequência, as possibilidades de uma política de reforma agrária (LEITE, 1994; MEDEIROS; LEITE, 2000).

A realidade atual dos assentamentos rurais no Nordeste Paraense está relacionada ao processo de colonização desta região, à sua formação fundiária nos últimos anos e às consequências que estes fatores trouxeram à conjuntura desta mesorregião. Pois deve-se considerar que esta mesorregião é heterogênea, tanto em relação ao seu meio biofísico, quanto como da forma de ocupação que se deu em seu território.

A luta pela posse da terra na região Nordeste do Pará deu-se em grande parte entre posseiros e

grileiros, sendo que estes últimos, após a apropriação de grandes extensões de terras utilizando documentação falsa, expulsavam os agricultores que estavam há décadas nas áreas. Muitos dos assentamentos rurais, constituídos nesta região, foram criados a partir da regulamentação jurídica de áreas ocupadas há vários anos por agricultores familiares. Porém, este aspecto não os isenta de terem passado por um processo de luta e conquista da terra, muitas vezes às custas de muitas mortes de pequenos agricultores e lideranças sindicais (CARDOSO, 2000; VASCONCELOS, 2000).

Outros assentamentos rurais foram conformados a partir das ocupações das áreas, realizadas por famílias geralmente organizadas em um movimento social que, após um longo período de resistência, conseguem a posse da terra (VASCONCELOS, 2000; CARDOSO, 2001; ANDRADE, ALBUQUERQUE; MENEZES, 1999).

Medeiros (1989) aponta os acampamentos e as ocupações de terras como mecanismos de luta pela terra, que se deram com o fim da Ditadura Militar, utilizadas como forma de pressão sobre o governo para apressar a desapropriação das áreas em disputa.

No caso estudado, a luta pela terra dá-se, principalmente, entre os assalariados rurais da empresa Paracrevea Borracha Vegetal S. A. e seus donos, através da mediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de São Francisco. O que se verifica nessa ocupação é uma história de assalariados rurais, ligados à terra da empresa por um longo período de mais de sete décadas, apresentando semelhanças com situações analisadas por estudos de operários urbanos que criam ligações afetivas com suas empresas por terem participado de sua história. Isto parece mais um caso de um operariado rural que, na eminência de uma falência da empresa, se dispõe a uma gestão coletiva ou ao aproveitamento de terra por conta de ligações econômicas, mas também afetivas, com esta área. Este legado reforça-se pela

participação na implantação de toda a estrutura ali existente (seringal, instalações físicas, escolas, casas etc.), o que dá um sentido de pertença muito forte, sentimento que pode ser expresso pelo discurso dos mais antigos.

AS FAMÍLIAS ASSENTADAS NO LUIZ LOPES SOBRINHO

Os assentamentos rurais tendem a conformar grupos sociais complexos e diferenciados. Das 223 famílias ocupantes, 108 já moravam na área da empresa e alguns de seus membros eram funcionários dessa. As demais famílias foram cadastradas pelo STR de São Francisco do Pará, ao longo do processo de ocupação, como estratégia política para aumentar o poder de negociação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). São na maioria paraenses vindos de diversos municípios do Nordeste do Pará (48%) e, em menor quantidade, nordestinos de vários estados, principalmente do Ceará (21%). Muitos assentados nasceram na área e também nas proximidades, onde hoje é o assentamento (31%). A trajetória social percorrida pelos assentados é um indicador da constituição dos vínculos das relações locais. Antes da existência do assentamento, muitos agricultores mantinham relações de parentesco ou compadrio entre si, a partir dos vínculos construídos no período em que trabalhavam na empresa ou quando moravam próximos a ela. Isto significa que as relações atuais são decorrentes destes vínculos formados anteriormente ou construídos durante o processo de ocupação até a efetivação do assentamento.

Outro aspecto importante diz respeito à constituição familiar, sendo perceptível que as companheiras⁴ dos

agricultores nasceram em localidades próximas às dos seus companheiros. Notou-se que os grupos familiares existentes no assentamento já possuem uma trajetória de vida em comum, constituindo-se em uma consolidação das unidades de produção e consumo (CHAYANOV, 1981). No entanto, a dinâmica de saída e retorno dos filhos e filhas dos agricultores faz com que haja uma constante variação nestas unidades de produção e consumo, principalmente quando estes ultrapassam as séries escolares oferecidas dentro do assentamento (onde existem três escolas de ensino fundamental em regime multiseriado, ou seja, uma professora leciona duas séries ao mesmo tempo).

Os grupos familiares possuem em média cinco pessoas, entre adultos e crianças. Em relação à quantidade de pessoas no assentamento, fez-se um levantamento a partir de informações da Secretaria Municipal de Saúde, demonstrando a existência de cerca de 172 famílias residindo na área, com aproximadamente 832 pessoas, entre homens, mulheres, jovens e crianças.

De acordo com o Agente de Saúde Municipal, assentado e responsável em atender às famílias residentes no assentamento, estes dados estão superados, pois dizem respeito ao censo do ano de 2001. Com a liberação do Crédito Habitação pelo (INCRA), muitas famílias que residiam fora do assentamento retornaram ao construírem suas casas, somando-se hoje mais de 1000 pessoas na área total do assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

As relações entre homens e mulheres no assentamento são marcadas por comportamentos sociais próprios do meio rural, no qual o homem atua no domínio externo à família e a mulher cuida do domínio interno, ou seja, o ambiente doméstico.

⁴ As entrevistas de campo foram feitas com os *chefes de famílias* (agricultores) e o termo *companheira* será utilizado, neste trabalho, representando a mulher com quem o agricultor vive, independentemente de ser casado na igreja (católica ou evangélica), casado juridicamente ou em união estável (*viver junto*).

Há no assentamento mais homens do que mulheres, com um percentual de 55% e 45%, respectivamente. Observou-se que várias mulheres ocupam posições de destaque na estrutura de domínio externo local, como sindicalistas, professoras e membros das diretorias das associações e da cooperativa, demonstrando uma possibilidade de mudança das relações de submissão. Quando a mulher passa a assumir papéis no domínio externo, tem dificuldades em contribuir com as atividades agrícolas da família. Contudo, continua assumindo as tarefas domésticas diárias, caracterizando uma dupla jornada de trabalho.

A população juvenil é bastante expressiva no assentamento, aspecto que remete à possibilidade de reprodução social dos grupos familiares locais. Porém, a proximidade com os centros urbanos, possibilitando a construção de uma mentalidade de consumo, a falta de infraestrutura social, como escolas com ensino médio, a possibilidade de lazer, a capacitação na área agrícola e a falta de possibilidades do jovem se auto sustentar no campo tem contribuído para estes saírem cada vez mais das casas de seus pais com o objetivo de tentar a vida em outro lugar.

A percepção dos agricultores no que diz respeito à saída dos filhos para a cidade está relacionada ao grau de dificuldade e a penosidade do trabalho que os mesmos desenvolvem, bem como às possibilidades de reprodução social e econômica. Quando o agricultor considera sua atividade muito penosa e sem muitas perspectivas, normalmente diz não querer o filho realizando seu trabalho:

"Quero que meus filho estude pra não passar toda essa dificuldade que passei. Sempre trabalhei muito pra poder livrar o do comer em casa. Desde os 10 anos trabalho com meu pai e meus irmão na lida da roça e nunca me interessei de estudá. Graças a Deus e Nossa Senhora nunca passemos fome..." (Agricultor, 56 anos, em 2001).

No discurso do agricultor, percebe-se uma certa nostalgia a respeito do trabalho desenvolvido com

o pai e seus irmãos no passado, mas nota-se uma satisfação na garantia do autoconsumo da família: *"nunca passemos fome"*. Na mesma fala, há uma negação desta situação de penosidade para seus filhos. Entretanto, quando há necessidade de utilização de mão-de-obra nas atividades agrícolas ocorre uma prioridade no trabalho na roça em relação ao estudo. O índice de alfabetização dos moradores do assentamento, excluindo as crianças abaixo de seis anos, está em torno de 86%, sendo consideradas alfabetizadas as pessoas que sabiam escrever seus nomes.

A proximidade dos centros urbanos, a história de vida dos agricultores, relacionada com idas e vindas de cidades do interior paraense e moradias nas periferias destas são elementos que contextualizam a necessidade da aprendizagem de escrever e ler minimamente.

Em relação à forma de divisão espacial no assentamento, buscou-se aproveitar a estrutura já existente, construída durante o funcionamento da empresa Paracrevea, concentrando-se em duas vilas: Vila Marathon, onde moram 109 famílias, divididas em vilas menores (Chapuri I, II, III, Nova I, II, III, IV, Cohab), e Vila Modelo, onde moram cerca de 65 famílias. As demais famílias moram nas sedes dos municípios de São Francisco do Pará e Igarapé-Açu, mantendo atividades agrícolas na área do assentamento, como plantios de roças ou extração de látex dos seringais. As casas existentes nas vilas foram apropriadas pelos agricultores durante o processo de ocupação, que agora, com a liberação do crédito habitação pelo INCRA, reformam suas casas.

A construção e reforma das casas foi discutida em uma Assembléia Geral, ocasião em que ficou definido que os próprios agricultores construiriam ou reformariam-nas. Contudo, foi aprovada pela Assembléia a liberação de R\$ 300,00 (trezentos reais) do recurso da habitação para remunerar a mão-de-obra, compensando os

dias em que os agricultores deixassem de ir para o trabalho no centro⁵.

No geral, as reformas e construções foram realizadas por pedreiros contratados fora do assentamento, devido a poucos agricultores dominarem o saber sobre a construção das casas. Muitos agricultores trabalharam nas obras como ajudantes, desenvolvendo tarefas braçais, como fazer massa, carregar aterro e tijolos, entre outras atividades. Percebeu-se que a remuneração pelos trabalhos de construção nem sempre se dava por dinheiro, mas também por troca de animais, permuta de serviço e até pelos materiais retirados da casa como telhas e madeira. Esta negociação dava-se em maior ou menor intensidade, dependendo das relações sociais existentes entre o contratante e o contratado do serviço.

Muitos agricultores que moravam fora do assentamento ou em instalações da antiga empresa (laboratórios, barracões almoxarifado etc.) estão construindo suas casas nas vilas, ou fora delas, para morarem na área do assentamento.

Teófilo Filho (1994, p. 115) revela que a decisão de um adensamento em núcleo comunitário em um assentamento onde realizou seu estudo sobre organização da produção, deu-se por três motivos: *gera mais união*, ficaria mais fácil e barato conseguir implantar uma infra-estrutura de serviços, e a terceira referia-se ao seu principal sistema de produção: a criação de gado de forma semi-extensiva, sem necessidade de uma permanência no lote.

A infra-estrutura da empresa foi o principal motivo para os assentados do Luiz Lopes Sobrinho decidirem este tipo de organização, pois a partir do Crédito Habitação muitos agricultores estão fazendo

suas casas próximas do local de trabalho, não permanecendo nas vilas.

Estas conformações sociais contribuem para uma formação de grupos de agricultores específicos no assentamento. Porém, outras características de conformação social e econômica são marcantes na construção de relações sociais que caracterizam os grupos familiares no assentamento, dando-lhes aspectos de heterogeneidade, como a religião, a trajetória de vida, o parentesco, o compadrio, o saber empírico acumulado e a organização formal a que pertencem dentro do assentamento (ZIMMERMANN, 1994).

Quando foram perguntados sobre qual organização social que os assentados participavam, cerca de 26% assentados responderam que não participavam de nenhuma organização, mesmo tendo seus nomes incluídos nas listagens de sócios da cooperativa ou das associações. Só 15% responderam que participavam de grupos religiosos, sendo a maioria deste universo, evangélica, revelando um elemento de identidade social com a religião à que pertencem. Em relação às organizações formais, 50% declararam participar da Cooperativa do assentamento e 9% das associações. Vale destacar que se entende por organizações formais aquelas estruturas criadas pelos agricultores que não tem apenas uma representação política, mas também um reconhecimento jurídico, realizado tanto pelos agricultores como por outros atores envolvidos no processo de luta pela terra – entidades estatais, organizações não-governamentais, igreja e entidades de representação profissional (SOUSA, 2002).

No que diz respeito às famílias assentadas, uma rede de relações é tecida (SILVA, 2000), na qual cada família

⁵ Carvalho (1984) relata que o termo *centro* é uma categoria citada por vários autores, no sentido de oposição à beira dos rios, onde os povoados formavam-se. No caso em estudo este termo é colocado pelo agricultores como oposição ao local de morada da família, onde desenvolvem seus sistemas de produção. Como os agricultores moram em vilas, suas atividades agrícolas são desenvolvidas em locais distantes de suas casas, onde procuram chegar normalmente de bicicleta.

está inserida num determinado contexto social. Constatou-se a conformação de grupos distintos de agricultores em relação às atividades desenvolvidas no assentamento, mas estas conformações são extremamente dinâmicas, com mudanças constantes no cotidiano dos assentados.

Tais mudanças estão relacionadas ao grau de inserção do assentado nas redes de comercialização, trabalho, negociação com agentes externos, parentesco, compadrio e poder local. É possível identificar quatro grupos no assentamento: os seringueiros, os agricultores tradicionais, os agricultores comerciantes e os que não tem a agricultura como atividade principal de remuneração.

O grupo dos seringueiros, geralmente ex-assalariados da empresa Paracrevea, possuem um saber próprio sobre a extração do látex e todo processo de produção da borracha. Geralmente são pessoas antigas no assentamento ou filhos destas, que já moravam nas vilas antes de disputar e conquistar a terra. Em função da decadência cada vez mais eminente dos seringais, devido à falta de condições financeiras para realizar os tratos culturais necessários para o controle do mal das folhas⁶, os seringueiros têm procurado diversificar suas atividades, plantando roças e investindo em culturas perenes que substituam os antigos seringais. Eles costumam plantar suas culturas nas áreas do seringal ou próximo deles, para poderem dividir o trabalho entre a extração do látex e as outras atividades. Muitos já deixaram de trabalhar com a seringueira e, quando isto ocorre, vendem o direito de explorar a sua antiga quadra para outro agricultor ou repassam para os filhos, que já dominam o saber sobre a cultura através da transferência feita pelo pai.

O grupo formado por agricultores tradicionais chegou no assentamento durante o processo de ocupação, atraído pela perspectiva de conquistar um pedaço de terra. São agricultores com características do campesinato bragantino: meeiros, arrendatários, assalariados rurais, posseiros ou filhos destes. Trabalham geralmente com roças no sistema corte queima, onde plantam o arroz (em menor quantidade), feijão, milho, melancia, maxixe e, principalmente, a mandioca. Alguns agricultores deste grupo, em substituição à roça, têm procurado investir em culturas perenes como a pimenta-do-reino, caju, cupuaçu, banana, açaí e urucu. Na maioria das vezes esses agricultores cercam sua área com arame ou pedaços de bambus.

Há um grupo de agricultores que tem se especializado na comercialização dos produtos do assentamento e freqüentemente funcionam como atravessadores dos produtos, levando para as feiras ou concentrando em suas casas para vender a outros atravessadores.

Alguns têm agregado valor a tais produtos através do seu beneficiamento, como é o caso da mandioca, comprada em caixa ou rede⁷ e após seu beneficiamento vendida como farinha. Geralmente, contratam mão-de-obra temporária ou *dão de meia* para outros agricultores (dão para outro fazer a farinha, ficando com metade do que for produzido) quando o número de pessoas que trabalham na família é insuficiente para atender a necessidade nos períodos em que a produção exige um maior número de trabalhadores.

Um último grupo é formado por pequenos comerciantes de produtos industrializados e gêneros alimentícios, alguns sindicalistas, aposentados, pessoas que trabalham fora do assentamento e um vereador,

⁶ Todos os clones plantados pela antiga empresa estão infectados com a doença chamada mal das folhas, provocada pelo *Microcyclus ulei* (PINHEIRO *et al.*, 1997).

⁷ Formas utilizadas para medir a quantidade de mandioca: uma caixa corresponde a 1/4 de um saco de 60 kg e uma rede correspondente à metade deste (trabalho de campo, 2001).

que mora no assentamento por intermédio de seu filho assentado. É comum possuírem roças ou plantios pequenos, não sendo estas suas principais atividades de remuneração. Fazem parte da convivência social do assentamento, participando de reuniões, assembléias, entidades formais (associações e cooperativa), atividades religiosas, entre outras.

Do ponto de vista da construção das relações sociais locais, este último grupo possui uma importante influência na comunidade, seja pela relação de venda dos produtos alimentícios a prazo, constituindo uma rede de *dependência*, seja pela relação política local, através da qual o vereador e os sindicalistas possuem influências em campos opostos em relação ao poder público, sendo o primeiro de conciliação e diálogo e o outro de reivindicação e exigência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso estudado remete à percepção de um assalariado rural com raiz na agricultura familiar, que se identifica com a terra onde trabalha, por ter feito parte da construção daquele território durante mais de sete décadas. Este legado trouxe-lhes não apenas a busca por um reconhecimento social e político, através de sua organização coletiva, mas apego sentimental, o que lhes garante direito em ocupar a terra e reivindicá-la para si, já que a construiu ao longo de sua história.

Pessoa (1999) relata, ao estudar camponeses ocupantes de terra em Goiás, que através da identificação destes agricultores com um projeto político-social e econômico, para si próprios e seus familiares, estes passaram de uma utopia a um projeto concreto de vida no campo.

Um fato observado em vários estudos sobre assentamentos rurais (PESSOA, 1999; D'INCAO; ROY, 1994; ZIMMERMANN, 1994) é a diversidade marcada pela história social de cada grupo familiar, suas trajetórias enquanto seres sociais, suas redes de relações construídas, dando-lhes um certo ar de

romantismo sobre estes grupos, através da visão de um comunitarismo no plano interno, negando-se tensões inerentes aos processos sociais. Tensões que podem ocorrer tanto no plano micro, do cotidiano das familiares assentadas, como no plano da representação destes por grupos sociais organizados.

A busca pela consolidação de uma representatividade política e social no plano municipal e regional ocasionou uma certa tensão entre os diversos grupos formados no assentamento, proporcionando novos reordenamentos sociais que, no entanto, nem sempre executam práticas diferenciadas dos anteriores.

REFERÊNCIAS

- ALBALADEJO, C.; VEIGA, Iran. 2000. Introdução: a intervenção local em questão. In: ALBALADEJO, C.; VEIGA, Iran (Orgs.). **Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**. Belém: UFPA/C.A./NEAF.
- ANDRADE, J. A. Carvalho de; ALBUQUERQUE, Manoel J.; MENEZES, Conceição R. de. 1999. **Lumiar: projeto de Assentamento** Luiz Lopes Sobrinho. São Francisco do Pará: INCRA/POEMAR.
- BERGAMASCO, Sônia. 1994. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, Leonilde et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP.
- CARDOSO, Antônio (Coord.). 2000. **Plano de desenvolvimento do assentamento Cristal**: Santa Luzia do Pará. Belém: INCRA/FADESP/UFPA.
- CARDOSO, Antônio (Coord.). 2000. **Plano de desenvolvimento do projeto de assentamento João Batista- Castanhal/PA**. Belém: INCRA/FADESP/UFPA.
- CARVALHO, David Ferreira de. 1984. **Formas de acumulação e dominação do capital na agricultura e campesinato na Amazônia**. Dissertação (Mestrado) – UFPA/NAEA/PLADES, Belém.
- CARVALHO, Horácio M. 1999. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.
- CASTRO, Márcio H.; CARVALHO, Mônica E.; OTÁVIO, Luciano. 1988. Reforma Agrária: um estudo preliminar. **Reforma Agrária**. Campinas, v. 1, n. 18, abr./jul.
- CHAYANOV, Alexander V. 1981. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense.
- D'INCAO, Maria da Conceição; ROY, Gérard. 1994. **Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- FERRANTE, Vera L. B. 1994. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa. In: MEDEIROS, Leonilde *et al.* (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP.
- FERRANTE, Vera Lúcia B. 1992. A aventura de pesquisar assentamentos de trabalhadores rurais. **Universidade e Sociedade**, ano 2, n. 4, dez.
- FERREIRA, Brancolina. 1994. Estratégias de intervenção do estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. In: MEDEIROS, Leonilde *et al.* (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP.
- FLORENTINO, Laurence Granchamp. 2000. Localidade fragmentada e novo vínculo social local: uma análise a partir das relações camponades na Transamazônica (região de Altamira-PA). In: ALBALADEJO, C.; VEIGA, Iran (Orgs.). **Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**. Belém: UFPA/C.A./NEAF, v. 1, n. 3.
- GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIN, Silvia Elizabeth de C. S. (Coords.). 2000. **Novo retrato da agricultura familiar no Brasil: o Brasil redescoberto**. Brasília: Convênio INCRA/FAO.
- IBGE. 2000. **Censo Agropecuário de 1995-1996**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 de out.
- LAMARCHE, Hughes. 1994. **A agricultura familiar: comparação internacional**. São Paulo: UNICAMP.
- LEITE, Sérgio. 1994. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infra-estrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984 – 1989). In: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP.
- MEDEIROS, L. Servolo de. 2002. **Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões**. Disponível em: <<http://www.Daterra.org.com.br>>. Acesso em: 12 de jan.
- MEDEIROS, Leonilde; ESTERCI, Neide. 1994. Introdução. In: MEDEIROS, Leonilde *et al.* (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP.
- MEDEIROS, Leonilde S. de; LEITE, Sérgio. 1997. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais**. Rio de Janeiro: CPDA/Debatez.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. 2001. **Perspectivas para análise das relações entre assentamentos rurais e região**. Disponível em: <<http://www.daterra.org.br>>. Acesso em: 16 de jul.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. 1989. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE.
- PESSOA, Jadir de Moraes. 1999. **A revanche camponesa**. Goiânia: Ed. da UFG.
- PINHEIRO, Eurico *et al.* 1997. **Avaliação agrotécnica dos seringais Marathon, São Francisco e Santana, situados no município de São Francisco do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental. Relatório Técnico.
- SILVA, Flávia Adriane Oliveira da. 2000. **Organização da produção e o processo de diferenciação sócio - econômica nos assentamentos "Rio Branco, Palmares e Palmares Sul" - Sudeste do Pará**. Belém: CFCH/UFPA.
- SOUSA, Romier da Paixão. 2002. **Granja Marathon: a luta pela terra e a organização do trabalho em um assentamento rural no Nordeste do Pará**. Dissertação (Mestrado). Belém: UFPA – Centro Agropecuário/Embrapa Amazônia oriental.
- TEOFILO FILHO, F. Edson. 1994. A organização da produção: subordinação ou autogestão? In: ROMEIRO, Adhemar *et al.* (Orgs.). **Reforma Agrária: produção, emprego e renda, o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO.
- VASCONCELOS, Marcelo Augusto Machado (Coord.). 2000. **Diagnóstico para o plano de desenvolvimento sustentável da paragonorte – 2000 – 2005**. Belém: INCRA/FANEP.
- ZIMMERMANN, Neusa de Castro. 1994. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonilde *et al.* (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP.

Recebido: 06/11/2003

Aprovado: 12/07/2004

